

A QUESTÃO PALESTINA

Parte I

Cristo desceu à terra e encarnou em Belém; redimiu o mundo no Gólgota; subiu aos céus no Monte das Oliveiras; e enviou aos discípulos o Espírito no Monte Sião. Como não seria santa a terra que testemunhou a salvação do mundo?

Karen Armstrong

(do livro Jerusalém – uma cidade, três religiões)

LUIZ SÉRGIO SILVEIRA COSTA*
Vice-Almirante (Ref^o)

SUMÁRIO

Introdução

Informações gerais

Considerações histórico-culturais: o judeu e o judaísmo

Considerações histórico-religiosas: o árabe e o islamismo

Alguns dados atuais

Os antecedentes

Os antecedentes e principais fatos em ordem cronológica

No período antes de Cristo

No período depois de Cristo

As guerras árabe-israelenses

A Guerra da Independência de Israel

A Guerra de Suez

A Guerra dos Seis Dias

A Guerra do Yom Kippur

Outros conflitos, operações e fatos importantes posteriores, em ordem cronológica

* Foi comandante do Submarino *Goiás* (interino), Submarino *Bahia* e Navio-Escola *Brasil*; foi diretor do Centro de Instrução Almirante Áttila Monteiro Aché (Ciama), da Escola de Aprendizes-Marinheiros do Espírito Santo e Capitão dos Portos de Santa Catarina. Como almirante comandou a Força de Submarinos e o 2º Distrito Naval e foi diretor de Aeronáutica da Marinha.

INTRODUÇÃO

Há pouco tempo, em outubro de 2014, fizemos uma viagem em excursão a Jordânia e Israel, movidos pela curiosidade intelectual de conhecer de perto a antiga e complexa problemática entre israelenses e palestinos e ver tantos locais e símbolos históricos da religiosidade de cristãos, judeus e muçulmanos. Foi uma ótima viagem, com dois guias locais que falavam português: Mohamed, palestino, na Jordânia, e Uri, israelense, em Israel. O que estudamos antes, via Google, com todas as suas eventuais imperfeições e desatualizações, debatemos com os guias e lemos nos livros citados ao final, na volta da viagem, nos permitiu maior conhecimento, melhor entendimento e chegar a este trabalho, que, reconheço, temerário

por falta de qualificação de historiador ou professor e de maior vivência na região, pois duas semanas de viagem, com roteiro padronizado em pontos turísticos, é muito pouco, apenas uma gota nesse imenso e tormentoso mar, ou melhor, Rio Jordão, de tanta relevância histórica pelo batismo de Jesus Cristo, e, hoje, como provedor de água para as populações locais.

Não temos ascendência política árabe ou israelense e religiosa judia ou muçulmana, e nem predisposições, a não ser tentar compreender as posições, considerar a História – esse imenso sistema de alarme –, julgar com isenção e concluir por uma ação a tomar. Acadêmica, é claro!

Houve, ainda, outro dado a nos estimular, como cariocas: Jerusalém é cidade-irmã do Rio de Janeiro!



A Cidade Velha, vista do Sudoeste. Logo abaixo do Domo da Rocha, cúpula dourada, fica o Muro das Lamentações. Na parte bem baixa, à direita, vê-se parte da Muralha da Cidade Velha



INFORMAÇÕES GERAIS

A terra de muitos nomes, Canaã, Judá, Judeia, Israel, Palestina, Terra Santa (dos cristãos) e Terra Prometida (dos judeus) é a área de 30 mil km² entre o Rio Jordão, a Leste, e o Mar Mediterrâneo, a Oeste, e entre o Líbano, ao Norte, e o Deserto de Negev, ao Sul, ou seja, inclui Israel e a moderna Palestina. É o local em que profetas, como Jesus Cristo e Maomé, interagiram, e seus seguidores o consideram como uma região sagrada.

A Jordânia, até 1920, foi parte da Palestina, e, por isso, sua população também tem origem palestina, além de beduína.

O Oriente Médio é a região que engloba parte da Ásia Europeia e da África Setentrional, banhadas pelo Mar Mediterrâneo e Oceano Índico. Engloba os seguintes países: Afeganistão, Arábia Saudita, Bahrein, Catar, Chipre, Egito, Emirados Árabes Unidos, Iêmen, Israel, Irã, Iraque, Jordânia, Kuwait, Líbano, Omã, Palestina, Síria e Turquia. Desses, os únicos países não totalmente asiáticos são o Egito (que tem parte de seu território na península do Sinai, na Ásia, mas é majoritariamente africano)

e a Turquia (majoritariamente asiática, mas com a Trácia incluída na Europa).

Considerações histórico-culturais: o judeu e o judaísmo

a) O termo “semita” tem como principal designação o conjunto de vários povos, entre os quais se destacam os árabes e hebreus, que compartilhavam as mesmas origens culturais e falavam línguas

semíticas, mas que, devido às migrações, não compõem um grupo étnico homogêneo. Entre os antigos povos semitas estão os fenícios, hebreus, amoritas, cananeus, sírios, arameus, árabes e hicsos. Historicamente, esses povos tiveram grande influência cultural, pois as três grandes religiões monoteístas do mundo, o judaísmo, o cristianismo e o islamismo, possuem raízes semitas.

O termo é muito usado no contexto racial, mas não como termo linguístico, que se refere a uma família de línguas — quer antigas, quer modernas —, originárias na sua maioria do Oriente Médio, que inclui o acádio, o amárico, o árabe, o aramaico, o assírio, o hebraico, o maltês e o tigrínia.

A mais convincente hipótese da origem do povo semita é que esses povos teriam surgido na Arábia a partir de 3.500 a.C. e teriam migrado para outras regiões em busca de terras férteis.

A palavra “semita” deriva de Sem, versão grega do nome hebraico Shem, um dos três filhos de Noé nas escrituras judaicas (Gênesis 5:32). Mas hoje, e inevitavelmente, o termo “antissemítico”, ou “antissemita”, é usado como sinônimo de antijudeu e, no

sentido radical, quer dizer que o judeu não deve ter lugar na sociedade.

b) Sião é o nome da mais alta montanha de Jerusalém (cerca de 800 metros), onde o Rei Davi construiu uma fortaleza em posição privilegiada, que passou a ser a capital do Reino de Israel e que, pela definição bíblica, foi chamada de Cidade de Davi. Quando Davi mandou que para lá fosse levada a Arca da Aliança, o monte passou a ser considerado local santo pelos judeus. Mais tarde, com a construção do Templo de Salomão, e a remoção da Arca para lá, o termo Sião passou a se referir ao pequeno monte em Jerusalém, dentro da Cidade Velha, onde se construiu o Templo de Salomão. Mais tarde, Sião passou a se referir ao próprio Templo e aos terrenos do templo, o Monte do Templo. Depois disso, Sião foi usado para simbolizar Jerusalém e a Terra Prometida.

O sionismo, derivado de Sião (ou Jerusalém), foi um movimento criado nos tempos modernos, no século XIX, que expressava o apelo dos judeus de todo o mundo por sua pátria histórica – Sião, a Terra de Israel – e defendia o direito à autodeterminação do povo judeu, a criação de um estado nacional judaico, o Estado de Israel e o retorno dos judeus espalhados pelo mundo. Assim, com a sua criação como Estado soberano em 1948, por direito legal e não por ato de força, o termo deveria perder o seu sentido. Mas tem sido usado incorretamente como sinônimo de antissemitismo, o que é incorreto, pois o judaísmo tem mais de 5 mil anos de existência e o sionismo deixou de existir sem ter completado nem um século de vida. Há até judeus que são antissionistas, sem serem, é claro, antissemitas!

c) O termo “judeu” vem do nome Judá, um dos 12 filhos de Jacó e umas das doze tribos de Israel.

d) A religião judaica foi a primeira religião monoteísta do mundo, surgida entre os hebreus antigos, sendo Abraão considerado o primeiro judeu e o primeiro patriarca de Israel, seguido por seu filho Isaac e, em seguida, Jacó. Depois, com Moisés, o judaísmo foi formalizado, e, após a sua morte, Josué, sob a direção de Deus, liderou os judeus a se estabelecerem na terra onde hoje é Israel. Em seguida, os hebreus sofreram diversas invasões e a religião se tornou o principal elo entre eles.

e) Israelense é o atual cidadão de Israel, e israelita é o povo dos tempos bíblicos.

f) Em termos de religião, os judeus se diferenciam uns dos outros pela prática ritualista. São de cinco tipos: os conservadores, ou sionistas seculares ou judeus seculares,

50% da população judaica de Israel, os que construíram o Estado de Israel, não observam os rituais (são não observantes) e consideram que o Estado substituiu a sinagoga (são nacionalistas); os judeus ortodoxos, que acham que o Estado não substituiu a sinagoga e são 30%; ou judeus ortodoxos messiânicos, 5%, que acham que o Estado é apenas necessário para trazer o Messias, o ungido por Deus; os judeus ultraortodoxos, 15%, os Haredim, que não são sionistas, são repletos de reverência a Deus, não mandam seus filhos para servir ao Exército, não comemoram o dia da Independência de Israel, preferem falar em iídiche (língua dos judeus da Europa Oriental), vestem os casacos e chapéus negros usados no século XVIII pelos cavaleiros da Europa Orien-

Israelense é o atual cidadão de Israel, e israelita é o povo dos tempos bíblicos. Os judeus se diferenciam uns dos outros pela prática ritualista

tal, não consideram a criação do Estado de Israel como tendo significado religioso, e acham que a Terra Santa não é dos judeus, mas a Terra Prometida, que ainda está por vir e que o Holocausto foi a punição pelo povo judeu ter renegado a Jesus; e os judeus reformados ou reformistas, que não são reconhecidos oficialmente, pelo seu posicionamento antissionista. Dos 13 milhões de judeus no mundo, apenas 1,5 milhão praticam hoje a doutrina reformista.

Conservadores e reformistas são o oposto dos ortodoxos. Por exemplo, nas sinagogas ortodoxas, as mulheres ficam separadas do homem por causa da superstição em relação à pureza delas durante o ciclo menstrual.

g) A Terra Prometida era a terra fértil de Canaã, ou seja, a Terra Santa.

Considerações histórico-religiosas: o árabe e o islamismo

a) Árabe é a pessoa oriunda da Península Arábica (ou Arábia) – que hoje é composta por Arábia Saudita, Catar, Kuwait, Bahrein, Emirados Árabes Unidos, Omã e Iêmen –, no Oriente Médio, e da África Setentrional. Um árabe, no sentido moderno da palavra, é alguém que é cidadão de um estado árabe, conhece a língua árabe e possui um conhecimento básico da tradição árabe, isto é, dos usos, costumes e sistemas políticos e sociais da cultura. Eles falam o árabe, uma língua semita, que tem a mesma origem do hebreu.

b) O árabe é essencialmente formado por muçulmanos, judeus e cristãos. Ou seja, ser árabe não significa ser necessariamente muçulmano e praticar o islamismo, embora a maior parte dos árabes seja de muçulmanos e seguidores do islamismo, religião fundada pelo profeta Maomé no século VII, na Península Arábica, ou Arábia.

Na verdade, o Oriente Médio reúne apenas cerca de 18% da população muçul-

mana no mundo, sendo que turcos, afegãos e iranianos (persas), embora muçulmanos, não são árabes. Outros 30% de muçulmanos que não são árabes estão no subcontinente indiano (Índia e Paquistão), 20% no norte da África, 17% no sudeste da Ásia e 10% na Rússia e na China. Há minorias muçulmanas em quase todas as partes do mundo, inclusive nos Estados Unidos da América (EUA) (cerca de 6 milhões) e no Brasil (cerca de 2 milhões).

A maior comunidade islâmica do mundo está na Indonésia, que não é árabe.

c) O Islã é o conjunto dos povos que professam o islamismo. O muçulmano é o seguidor da fé islâmica e, por isso, é também chamado de islamita. O termo maometano às vezes é usado para se referir ao muçulmano, o que não é adequado, pois a religião é a devoção a Deus, e não ao profeta Maomé (nasceu em 570 d.C. e morreu em 632 d.C.).

Em árabe, Islã significa “rendição” ou “submissão” e se refere à obrigação do muçulmano de seguir a vontade de Deus. O termo está ligado a outra palavra árabe, salam, que significa “paz”, o que reforça o caráter pacífico e tolerante da fé islâmica. O termo surgiu por obra do fundador do islamismo, o profeta Maomé, que dedicou a vida à tentativa de promover a paz em sua Arábia natal.

d) As raízes do islamismo não são conflitantes com as do cristianismo e do judaísmo. Assim, como nas duas outras grandes religiões monoteístas, as raízes do islamismo vêm do profeta Abraão. O profeta Maomé, fundador do islamismo, seria descendente de Ismael, o primeiro filho de Abraão. Moisés e Jesus seriam descendentes de Isaac, o filho mais novo de Abraão.

e) Os muçulmanos não têm um deus diferente, pois Alá é simplesmente a palavra árabe para “Deus”. A aceitação de um

Deus único é idêntica à de judeus e cristãos. Deus tem o mesmo nome no judaísmo, no cristianismo e no islamismo, e Alá é o mesmo Deus adorado pelos judeus, cristãos e muçulmanos.

f) Apenas uma minoria entre cerca de 1,6 bilhão de praticantes da religião muçulmana no mundo é adepta de interpretações radicais dos ensinamentos de Maomé. Para essa minoria, a violência contra outros povos e religiões é considerada uma forma de garantir a sobrevivência do Islã em seu estado puro. Com efeito, a jihad – que não significa “guerra santa”, mas “luta”, “empenho”, contra os judeus, o Ocidente e os EUA, que consideram “infiéis” – virou uma ideologia, a morte e a destruição dos infiéis em nome de Alá. Mas, para a maioria dos seguidores do islamismo, a religião muçulmana é de paz e tolerância.

g) Os especialistas se dividem em relação à dificuldade de se impor a democracia em países islâmicos. Para muitos, a religião e a cultura islâmica formaram sociedades

em que os princípios democráticos não têm espaço e nem atraem as pessoas. Esses consideram que é inútil tentar impor regimes democráticos no Islã, pois a própria população não estaria disposta a abraçar a mudança. Mas outros analistas dizem que o islamismo não impede o florescimento da democracia e que os países muçulmanos têm ditaduras e monarquias por causa de outros fatores. Seja qual for a explicação, o fato é que as democracias são raras no Islã: só a Indonésia, a Turquia e Bangladesh têm esse tipo de regime.

h) Os muçulmanos se dividem basicamente entre sunitas – a maioria – e xiitas,

pois, no século VII, após o falecimento de Maomé, ocorreu uma disputa sobre quem seria o seu sucessor. Os sunitas, que veneraram, diziam que o novo líder deveria ser escolhido por processo eleitoral, e os xiitas, que ele deveria ser familiar e descendente de Maomé. Os sunitas são mais ricos, e os xiitas pobres e despossuídos. Há outros grupos menores, como os alauítas, presentes, sobretudo, na Síria.

i) Os muçulmanos têm cinco obrigações: a shahada, que é o recital do credo “Alá é o único Deus e Maomé o seu profeta”; a salat, que consiste em orar cinco vezes ao dia voltado para Meca; a zakat, que é o pagamento de doações, espécie de dízimo, para ajudar os pobres; a siam, jejuar no mês

sagrado do Ramadã; e a haji, fazer, ao menos uma vez na vida, uma peregrinação a Meca. Não abrem mão disso, enquanto que, ao raiar do dia, os alto-falantes das mesquitas chamam os fiéis para rezar.

j) Na mesquita, muçulmana, a porta principal fica voltada para Meca; na sinagoga, ju-

dia, para Jerusalém (em Jerusalém, voltada para o Santo dos Santos, ou Santíssimo Lugar – era uma sala do Tabernáculo que, mais tarde, se transformou em uma sala do Templo de Salomão, de 5 m x 5 m, onde ficava guardada a Arca da Aliança); e na igreja, católica, para o Leste, o nascer do sol. Na cidade de Jerusalém há 1.204 sinagogas, 158 igrejas e 73 mesquitas.

Alguns dados atuais

a) No mundo, são 2,1 bilhões de cristãos (31,5%), 1,6 bilhão de muçulmanos (24,2%) e 14 milhões de judeus (0,2%); em

Apenas uma minoria entre cerca de 1,6 bilhão de praticantes da religião muçulmana no mundo é adepta de interpretações radicais dos ensinamentos de Maomé

Israel, numa população de cerca de 8 milhões de habitantes, há cerca de 6 milhões de judeus, 1,4 milhão de muçulmanos e 100 mil cristãos.

b) Dos que são muçulmanos no mundo, cerca de 90% são sunitas e 10%, xiitas. A maioria dos xiitas, cerca de 80%, vive em quatro países: Irã, Iraque, Paquistão e Índia.

c) Os países com mais muçulmanos no mundo são: Indonésia – 209,1 milhões (87,2% da população local); Índia – 176,1 milhões (14,4% da população local); Paquistão – 167,4 milhões (96,4% da população local); Bangladesh – 133,5 milhões (89,8% da população local); Nigéria – 77,3 milhões (48,8% da população local); Egito – 76,9 milhões (94,9% da população local); Irã – 73,5 milhões (99,5% da população local); Turquia – 71,3 milhões (98% da população local); Argélia – 34,7 milhões (97,9% da população local) e Marrocos – 31,9 milhões (99,9% da população local).

d) A maior parte dos muçulmanos (61,7%) vive na região da Ásia-Pacífico, onde estão os quatro países com mais muçulmanos no mundo: Indonésia, Índia, Paquistão e Bangladesh. Em seguida, aparecem o Oriente Médio e o norte da África (19,8%) e a África Subsaariana (15,5%). Na Europa existem apenas 2,7% dos muçulmanos do mundo, mas eles são cerca de 44 milhões, o que equivale a cerca de 6% da população europeia.

e) No Holocausto, foram mortos 6 milhões de judeus.

f) Descartando os que estão em outros países, são 6 milhões de judeus em um único país, Israel, contra os 1,6 bilhão de muçulmanos em 22 países. Na França, a maior comunidade na Europa Ocidental, são 700 mil judeus.

g) Israel tem 20,7 mil km² (é quase igual ao estado de Sergipe e metade da Bélgica); a Cisjordânia, cerca de ¼ de Israel, tem 5,6 km² e a Faixa de Gaza, 350 km².

OS ANTECEDENTES

Os antecedentes e principais fatos em ordem cronológica

Desde 3.000 anos antes de Cristo, a região da Terra Santa era habitada por nômades de origem hebraica, que pastoreavam seus animais e vagavam pelo deserto.

No período antes de Cristo

Foram os seguintes os fatos mais significativos:

– No ano 2000 a.C., a Faixa de Gaza foi invadida e ocupada pelos filisteus, povo de origem indo-europeia que veio pelo mar. Na mesma época, a Cisjordânia foi invadida pelos hebreus, povo de origem semita. Os dois povos lutaram entre si na disputa por territórios, porém ambos acabaram suplantados por impérios mais poderosos que dominaram sucessivamente a região.

– A Bíblia diz que os hebreus (israelitas) provieram da Mesopotâmia (atual Iraque), da cidade de Ur, e que, durante algum tempo, habitaram Canaã, mas, no século XVIII, por volta de 1750 a.C., as doze tribos de Israel emigraram para o Egito, tangidas pela fome, com a liderança de Abraão, patriarca do povo judeu. No século XIII, por volta de 1250 a.C., depois de 400 anos como escravos no Egito, e já sob a liderança de Moisés, fugiram, atendendo a um chamado de Deus para que fossem para a “Terra Prometida” de Canaã. Os israelitas, obedecendo a Deus, percorreram os desertos daquela região por muitos anos em busca da Terra Prometida. Entre os israelitas estavam os filhos de Abraão: Ismael, que seria o ascendente dos povos árabes, e Isaac (teve um filho, Jacó, que Deus chamou de Israel), que seria o ascendente do povo hebreu.

– Depois da fuga, perseguidos pelos egípcios, foram salvos por Deus no Mar

Vermelho, no chamado Milagre do Mar Vermelho, descrito no Êxodo, 2º livro do Antigo Testamento, e chegaram ao Monte Sinai, quando Moisés recebeu de Deus a tábua dos Dez Mandamentos e a Arca da Aliança. Moisés morreu antes de os israelitas chegarem à Terra Prometida, mas seu sucessor, Josué, conduziu-os ao Canaã, chegando a Jericó, onde as doze tribos se estabeleceram em 1200 a.C. Mas, depois de terríveis massacres, acabaram dominados pelos filisteus.

– Em 1020 a.C., já no tempo do profeta Samuel, e ainda sob domínio filisteu, foi criada a monarquia, o Reino de Israel, e Saul foi o primeiro rei.

– Em 1000 a.C., Davi, que matou Goliath, o gigante filisteu, sucedeu a Saul e, derrotando os filisteus, levou os israelitas para Jerusalém, que se tornou a cidade de Davi.

– Em 970 a.C., Davi foi sucedido por seu filho Salomão.

– Em 960 a.C., foi construído em Jerusalém, no Monte Sião, pelo Rei Salomão, o Primeiro Templo de Jerusalém, ou o Templo de Salomão, o centro nacional e espiritual do povo judeu, que guardaria a Arca da Aliança e os Dez Mandamentos.

– Em 930 a.C., o Reino foi dividido em Judá e Israel.

– Em 720 a.C., o Reino de Israel foi conquistado pelos assírios.

– Em 586 a.C., após longo cerco, que causou fome e até canibalismo, Judá e Jerusalém foram conquistadas pela Babilônia. Jerusalém e o Primeiro Templo foram destruídos por Nabucodonosor, o rei da Babilônia, e a maioria dos judeus, exilada e tangida para a Babilônia, por 800 km pelo deserto, para se tornarem escravos. Com a destruição do Primeiro Templo, desapareceu, para sempre, a Arca da Aliança. No mundo antigo, a destruição de um templo equivalia à destruição de um Estado, que

não conseguiria sobreviver sem a sua ligação com o céu. Na Babilônia, o líder judeu foi Daniel, que foi forçado a servir na corte da Babilônia por ter dons premonitórios.

– De 539 a.C. a 336 a.C. foi o período persa e helenístico (o persa Ciro, o Grande, mata Nabucodonosor e permite que os israelitas voltem para Jerusalém). Foi quando foi construído e terminado em 516 a.C., já no reinado de Dario, o Grande, o que seria o Segundo Templo – que não foi considerado como Segundo Templo, mas o posterior, construído por Herodes.

– De 336 a.C. a 166 a.C. foi o período macedônico (Alexandre, o Grande).

– De 166 a.C. a 63 a.C. foi o período dos macabeus (Simão, o Grande), de autonomia judaica.

– Em 63 a.C., Jerusalém foi capturada pelo general romano Pompeu, que matou 12 mil judeus e iniciou o longo período de domínio romano.

No período depois de Cristo

– Domínio romano, de 63 a.C. a 313 d.C. Naquele período, ocorreram:

– De 37 a.C. a 4 d.C., o governo do rei vassalo romano Herodes, que fez grandes obras. Decidiu construir o Segundo Templo (ou Templo de Herodes), que levou 18 meses e ampliou a Esplanada, reforçando o pátio com blocos de pedra pesando até cinco toneladas. Essa obra durou 80 anos (Herodes morreu antes) e usou 18 mil trabalhadores.

– De 10 d.C. a 40 d.C., foi o período de Jesus Cristo. Quando do nascimento de Jesus, Herodes tomou conhecimento de uma profecia dizendo que iria nascer em Belém o Rei dos Judeus. Como ele, Herodes, se considerava o Rei dos Judeus, mandou matar todos os recém-nascidos em Belém, mas Jesus escapou, levado por Maria e José para Nazaré e, depois, para a Galileia.

– De 66 a 70 d.C., houve a Primeira Revolta Judaica contra os romanos, ferozmente esmagada pelo Imperador Vespasiano, com a destruição de Jerusalém e do Segundo Templo e a expulsão dos judeus por Tito, filho de Vespasiano, começando novo êxodo.

– Em 73 d.C., caiu a última fortaleza dos judeus (Massa).

– Entre 115 e 117 d.C., ocorreu a Segunda Revolta Judaica por causa do governo romano ter transformado uma contribuição anual dos judeus da diáspora, para a manutenção do Templo de Júpiter, em imposto, na época do Imperador Trajano.

– Em 118 d.C., assumiu o Imperador Adriano, que permitiu o retorno dos judeus e que reconstruíssem o Templo e helenizou o Império política e culturalmente, o que desagradou aos judeus, inclusive por ter editado uma lei, em 127 d.C., proibindo a circuncisão dos recém-nascidos, o que revoltou os judeus e deu início à Revolta do Bar Kochba (a Terceira Revolta Judaica) contra os romanos, de 132 a 135 d.C., quando os judeus, liderados pelo messiânico Bar Kochba, foram derrotados e a cabeça de Bar Kochba cortada e levada ao Imperador Adriano como troféu.

Para os judeus, a punição romana foi cruel, pois cerca de mil aldeias foram arrasadas e houve mais de 500 mil mortos. Dezenas de milhares de judeus, homens e mulheres, foram capturados e vendidos como escravos, e proibidos de pôr os pés na Terra Santa, o que durou até o século IV.

Banidos, pois, do Império Romano, no evento conhecido historicamente como Diáspora, milhares de judeus se espalharam mundo afora, formando grandes grupos em diversas regiões do mundo, passando por diferentes contatos culturais, onde, mesmo estigmatizados, perseguidos e humilhados, e às vezes expulsos, nunca perderam a sua identidade cultural e religiosa.

Depois disso, Jerusalém seria reconstruída pelos romanos, mas o Imperador Adriano ordenou a mudança do nome para Aelia Capitolina, para evitar qualquer associação com a cidade sagrada que ele destruíra.

Durante o século IV, o Imperador Constantino I, que imperou de 306 a 337 d.C., recriou o nome de Jerusalém, construiu partes cristãs lá, como a Igreja do Santo Sepulcro, erguida no lugar do templo de Adriano, dedicado a Vênus, permitiu os cultos cristãos e cancelou o Shabat. Desde Constantino e até o século VII, já no período bizantino, os judeus continuaram perseguidos em Jerusalém, só voltando no período árabe, a partir de 636 d.C.

– Domínio bizantino, de 313 d.C. a 636 d.C.

Com a divisão do Império Romano, já no século IV, em 395 d.C. a região da Palestina passou a pertencer à sua porção oriental, que viria a ser conhecida como Império Bizantino. Naquele período bizantino, com o surgimento do islamismo na Península Arábica, no século VII, as tribos árabes se uniram e conquistaram largas porções do Império Bizantino, incluindo a Palestina. Porém, a diáspora semita também ocorreu com o outro tronco cultural da família, o dos árabes, logo após a fundação do islamismo, no século VII. Os povos árabes pré-islâmicos tiveram grande assimilação religiosa graças aos longos contatos com o judaísmo e com o cristianismo, e a propagação da religião muçulmana aconteceu de forma rápida, sendo que o islamismo de Maomé uniu diversos povos que se lançaram à conquista do mundo, indo até a Espanha e o Oceano Pacífico.

– O domínio árabe (o califado islâmico), de 636 d.C. – quando as forças árabes do califa Omar derrotaram o imperador bizantino Heráclito – a 1099, e Omar autorizou os judeus a voltarem para a cidade. Omar, que mandou construir uma pequena mesquita,

a Mesquita de Omar, na área de Primeiro e Segundo Templos, foi assassinado em 664 d.C. por um prisioneiro persa. Em 691 d.C., ocorreu a construção, no lado norte da Esplanada, do Domo da Rocha pelo califa Abd al-Malik I, e, depois, em 705 d.C., pelo mesmo califa Al-Walid I, da Mesquita Al-Aqsa, esta no lado sul da Esplanada, local de Primeiro e Segundo Templo e da Mesquita de Omar. Ao fim do longo domínio árabe de mais de quatro séculos, a religião islâmica, em sua campanha de massificação, acabou amplamente majoritária, seguida de uma pequena minoria de cristãos e judeus, até que, no século XI, ano de 1072, sobreveio a conquista da região pelos turcos seljúcidas, que tinham capital em Bagdá, e, posteriormente, pelos cruzados.

– Domínio dos cruzados (Reino Latino de Israel), de 1099 a 1187.

Nos séculos XII e XIII, os reinos cristãos da Europa Ocidental realizaram sete expedições militares contra o então Império Árabe, visando a retomada da Palestina. Essas expedições, batizadas de Cruzadas, redundaram na criação de vários reinos cristãos no Oriente Médio, sendo que, na Palestina, foi criado o Reino de Jerusalém, conquistado em 1099, com o massacre de muçulmanos e alguns judeus. Porém tais reinos, cristãos, foram logo retomados pelos árabes, pois, em 1187, a Palestina foi reconquistada dos cruzados por Saladino, árabe.

– Domínio dos muçulmanos, de 1187 a 1244.

Em 2 de outubro de 1187, Saladino, cujo nome era Yusuf Ibn Ayyub, mas conhecido no Ocidente como Saladino, por seu título Salân ad-Din, conquistou Jerusalém sem matar os cristãos, tendo permitindo também a volta dos muçulmanos e dos judeus, depois de terem sido banidos no passado. Por isso, o Ocidente teve a incômoda prova

de que Saladino agiu de modo muito mais cristão do que os cristãos cruzados, ao conquistarem Jerusalém em 1099. Saladino, que morreu de febre tifoide em 1194, foi um dos maiores líderes muçulmanos, respeitado pelos judeus, e chegou a se tornar sultão do Egito.

– Domínio dos Tártaros, de 1244 a 1250.

Na verdade, um exército de turcos corasmianos que devastaram Jerusalém, profanaram a Igreja do Santo Sepulcro, dizimaram a população cristã da cidade e afastaram os judeus, alguns reinstalados em Nablus.

– Domínio dos mamelucos, de 1250 a 1516.

Os mamelucos eram originários das estepes eurásianas e foram escravizados por maometanos e convertidos à sua religião. A Palestina progrediu sob o domínio dos mamelucos, os quais fizeram grande programa de edificações, inclusive com o restauro da cúpulas da Rocha e Al-Aqsa.

– Domínio dos otomanos, de 1516 a 1917.

No século XVI, em 1516, o Império Otomano derrotou os mamelucos e ocupou a totalidade da Palestina. Tal domínio foi mantido até a Primeira Guerra Mundial (durou quase 400 anos). Em 1536, o sultão Soliman decidiu reerguer as muralhas de Jerusalém (ficaram prontas em 1541), num total de três quilômetros de extensão, 12 metros de altura, 34 torres e sete portas.

Durante os anos de domínio otomano, o nome Palestina praticamente desapareceu. De 1789 a 1806, Napoleão, com 13 mil soldados, invadiu a Palestina, derrotou os otomanos em Gaza, invadiu, por pouco mais de um mês, as cidades de Jaffa, Haifa e Caesarea, mas foi derrotado em Acre. A razão da campanha foi que os franceses queriam fincar um pé na Palestina para desafiar os ingleses, que se apoderaram da Índia.

Entre 1832 e 1840, a região esteve sob administração do Egito, de Muhammad Ali, voltando à dependência direta do Império Otomano no fim desse período. Em 1860, foi construído o primeiro bairro fora dos muros da Cidade Velha.

De 1882 a 1903, ocorreu a primeira Aliá (imigração em grande escala), de judeus sionistas vindos da Europa e da Rússia, sendo que em 1897 foi realizada a primeira convenção do sionismo, em Basileia, na Suíça, cujo porta-voz foi Theodor Herzl (1860-1904), advogado e crítico literário húngaro, judeu de Viena e autor do livro *Der Judenstaat* (O Estado Judaico), no qual pregava que o problema do antissemitismo só seria resolvido quando os judeus, dispersos pelo mundo, pudessem se estabelecer em um estado nacional independente. A convenção iniciou, oficialmente, a luta para a criação de um estado próprio, colocando a cunha política numa questão até então religiosa. Com isso, entre 1890 e 1922, a população judaica na Palestina dobrou, de 40 mil para cerca de 85 mil.

Em 1909, foi fundada Tel Aviv.

Em 1917, no final do domínio otomano, a Palestina já abrigava, dentro de uma área de 26 mil km², uma população de 1 milhão de palestinos e 100 mil judeus. Naquele mesmo ano, 1917, a 2 de novembro, o então ministro britânico dos Assuntos Estrangeiros, Arthur James Balfour, enviou a Lord Rothschild, banqueiro judeu, a carta, conhecida como Declaração de Balfour, na qual comprometia a Inglaterra na criação de um estado judaico na região.

– Domínio britânico, de 1917 a 14 de maio de 1948.

Durante a Primeira Guerra Mundial, o Império Otomano era um dos membros da Tríplíce Aliança, com a Alemanha e o Império Austro-Húngaro, e inimigo da Inglaterra e da França. Em 1917, após a Batalha de Jerusalém, o exército britânico capturou

a cidade, completando, pois, a obra dos cruzados. Naquela guerra, sobretudo a partir do Egito, os britânicos lançaram várias ofensivas contra os turcos, especialmente por meio de Lawrence da Arábia, que, à frente das forças árabes, conquistou a região, chegando até Damasco, em 1º de outubro de 1918. Com a derrota do Império Otomano e seu consequente desmantelamento, a Palestina, no seu sentido lato, foi dividida entre a França – que ocupou o Líbano e a Síria – e a Grã-Bretanha, que ficou com a Palestina (incluídos os territórios da atual Jordânia e de Israel), a Mesopotâmia (o Iraque de hoje) e a Península Arábica. No caso da Grã-Bretanha, em 1922, a Liga das Nações, na Conferência de Lausanne, confiou ao Reino Unido a administração da Palestina por meio do Mandato Britânico na Palestina, criada em Versalhes, em 1919, mas substituída, em 1945, pela Organização das Nações Unidas (ONU).

O colonialismo da França e da Grã-Bretanha, porém, provocou fortes reações entre os árabes, e foi nesse contexto que surgiu, no Egito, a Irmandade Muçulmana, berço do fundamentalismo islâmico. A Síria só ganhou seu reconhecimento, de fato, em 17 de abril de 1946, e o Líbano em 22 de novembro de 1943.

Durante o Mandato Britânico, houve o aumento da imigração de judeus para a Palestina, motivado pela criação do movimento sionista no final do século XIX, o que começou a gerar atritos entre a comunidade árabe, que já residia na região, e os judeus recém-chegados, sendo que o período de 1929 a 1936 foi o de maior violência, causado especialmente pela mais intensa imigração judia, devido à perseguição nazista, a partir de 1933.

Em 1921, os britânicos fizeram a partilha do território do Mandato, separando cerca de 80% para a criação de uma entidade árabe, chamada Transjordânia (futura

Jordânia), e os 20% restantes para a criação de um Estado nacional para o povo judeu, conforme previsto na Declaração Balfour de 1917.

Mas o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, marcou o término dos grandes impérios coloniais, que se enfraqueceram econômica e militarmente com o conflito. Os Estados Unidos emergiram como potência econômica e militar, ao lado da União Soviética, que havia adquirido prestígio e poder em função do seu papel decisivo na vitória sobre a Alemanha. Inaugurou-se, pois, um período caracterizado por um novo tipo de disputas, entre essas duas nações emergentes, chamado de Guerra Fria, em que os americanos apoiavam os israelenses, e os soviéticos, os árabes.

Naquela ocasião, 1945 – quando foi criada a ONU e também a Liga Árabe, e a Palestina ainda era administrada pela Grã-Bretanha –, devido ao crescimento da imigração judaica para a Palestina (de 1922 a 1948, a população da cidade passou de 52 mil para 165 mil), organizada pelo movimento sionista, que encontrava forte objeção por parte da população árabe local, a situação entre árabes e judeus não era calma, com a ocorrência de muitos atos terroristas de parte a parte (como o ataque do Irkun, grupo terrorista judeu de Menachem Begin, em 1946, ao Hotel King David, principal centro da administração do Mandato Britânico, em que uma ala inteira foi destruída por explosivos, matando 91 pessoas e ferindo outras 45, entre árabes, israelenses e britânicos).

Tendo em vista esses conflitos e as atrocidades cometidas contra os judeus pelo

regime nazista alemão durante a Segunda Guerra Mundial, o Ocidente se viu diante do dever moral de atender à antiga reivindicação sionista de criação de um Estado judeu.

Assim, entre as questões prioritárias a serem tratadas pela nova organização, a ONU, estava a da criação de um “lar nacional judeu”. Por isso, a Grã-Bretanha decidiu, em fevereiro de 1947, levar a questão ao órgão, tendo sido, então, apresentado pelos EUA e pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) o Plano de Partição da Palestina, que consistia basicamente na divisão da Palestina em um Estado judeu, cuja área corresponderia a 55%

do total (5.500 acres) e um Estado palestino, com 45% (4.500 acres), e na manutenção da cidade de Jerusalém, administrada pela ONU. A proposta foi, porém, rejeitada pelos árabes, que declararam que oporiam resistência armada à sua implementação. Naquele ano, a Palestina já tinha uma população de 1,3

milhão de palestinos e 600 mil judeus. Na ocasião, algumas declarações árabes foram fortes. Jamil Mardin, primeiro-ministro sírio, disse: “Deixem-se de palavras, irmãos muçulmanos; ergam-se e eliminem o flagelo sionista”. Ibn Saud, rei da Arábia Saudita, declarou: “Há 50 milhões de árabes. Que importa se perdermos 10 milhões se matarmos todos os judeus? Vale a pena!”. Já o xeque Assam Al Banah, da Irmandade Muçulmana, defendeu: “Os árabes devem todos levantar-se e aniquilar os judeus. Encheremos o mar com seus corpos!”.

Em 29 de novembro de 1947, o representante brasileiro, Oswaldo Aranha, presidindo a primeira Sessão Especial da Assembleia

A presença das civilizações judaica e árabe na região é milenar, e é, pois, natural o sonho de milhares de anos de se criar o Estado de Israel e o Estado da Palestina na região

Geral da ONU, e, depois de atuar fortemente em favor do Plano, viu-o aprovado por 33 votos a favor, 13 contra e dez abstenções, no que se transformou na Resolução 181 da ONU. A comunidade judaica aceitou o Plano de Partição da Palestina, enquanto que a árabe-palestina, apoiada pela Liga Árabe, rejeitou-o e iniciou de imediato a Guerra Civil na Palestina Mandatária (por causa do mandato britânico), na verdade menos uma guerra e mais uma série de atentados de parte a parte, que duraram de novembro de 1947 a maio de 1948 e que custaram a vida de 230 árabes e 70 judeus.

A proposta britânica dividia entre árabes e israelense, para cada um, três áreas não contíguas, o que já demonstrava a sua irrealidade. Aos árabes caberiam: ao Sul, uma área em torno das cidades de Gaza e Rafah,



bordejando a Península do Sinai; ao Centro, uma área contendo as cidades de Nablus, Ramallah, Hebron (onde estão enterrados Abraão, Isaac e Jacó) e Beersheba, correspondente à atual Cisjordânia (ou à Samária e à Judeia israelense); e, ao Norte, uma área em torno das cidades de Acre, Safed e Nazaré. Aos israelenses caberiam: ao Sul, uma área que iria do Deserto de Neguev às margens do Mar Morto; uma área no litoral, incluindo as cidades de Jaffa, Tel Aviv e Haifa; e, ao Norte, uma área entre o Mar da Galileia e as fronteiras do Líbano e da Síria. E Jerusalém permaneceria sob administração internacional.

– Domínio israelense

A partir de 14 de maio de 1948, um dia antes da anunciada retirada dos britânicos, foi criado o Estado de Israel e sobreveio a Guerra da Independência entre os árabes e os israelenses nada mais do que a continuação da Guerra Civil na Palestina Mandatária.

Como se verifica, a presença das civilizações judaica e árabe na região é milenar, e é, pois, natural o sonho de milhares de anos de se criar o Estado de Israel e o Estado da Palestina na região.

AS GUERRAS ÁRABE-ISRAELENSES

A Guerra da Independência de Israel

Em 14 de maio de 1948, um dia antes do anunciado término oficial do Mandato Britânico da Palestina e já numa fase adiantada da Guerra Civil na Palestina Mandatária, David Ben Gurion, primeiro-ministro de Israel, declarou, no Museu de Tel Aviv, a independência do Estado de Israel, reconhecida imediatamente pelos Estados Unidos e pela URSS, sem que o Estado Palestino, também prenunciado pela ONU na mesma partilha, fosse estabelecido. Com isso, os

Estados árabes vizinhos, que contestaram a criação de Israel, sob a égide da Liga Árabe, criada em 1945, intervieram, com os exércitos do Egito, Iraque, Líbano, Síria, e Transjordânia, aos quais se incorporam as forças árabes palestinas remanescentes, e com apoio político de outros países árabes (Kuwait, Arábia Saudita, Líbia, Argélia e Sudão), entrando na Palestina e começando a Primeira Guerra Árabe-Israelense, ou Guerra da Independência de Israel, a primeira de uma série de guerras, conflitos e enfrentamentos que iriam ocorrer no longo contencioso árabe-israelense.

A guerra durou de maio de 1948 a janeiro de 1949. Os árabes, mal equipados e treinados, foram fragorosamente derrotados, e o armistício de Rodas, em janeiro de 1949, definiu os limites da partilha da antiga Palestina e confirmou o estabelecimento do Estado de Israel – com um território maior do que o da Resolução 181 (que era de cerca de 15 mil km² – 56%),

passando para uma área de quase 21 mil km² e ficando com 78%, ou seja, mais 22% da superfície da Palestina, sendo o território restante ocupado pela Transjordânia, que anexou a Cisjordânia e Jerusalém Oriental (o Rei Abdulah, da então Transjordânia, ocupou a Cisjordânia, território que deveria pertencer aos palestinos, e nunca mais o devolveu, até o Rei Hussein – que o substituiu após seu assassinato por um palestino em Jerusalém – perdê-lo na Guerra dos Seis Dias), e pelo Egito, que ocupou a Faixa de Gaza. Com isso, os árabes, que, pela ONU, deveriam ter 11 mil km² (43%), ficaram

sem terra, não sendo, pois, permitida a criação do Estado da Palestina.

Ao final da guerra, iniciou-se a diáspora palestina, pois 700 mil começaram o caminho do êxodo, se refugiando na Cisjordânia e na Faixa de Gaza ou migrando para países vizinhos, nos quais foram mal recebidos, inclusive em países árabes, sendo que somente a Jordânia permitiu a integração dos palestinos em sua sociedade, mas sendo permanentemente vigiados. Nos outros países eles passaram a viver em acampamentos para refugiados, com a ajuda da ONU. Desde então, os palestinos expulsos

e seus descendentes se referem a esses eventos como Al-Nakba (A Catástrofe) e permanecem dispersos pelo Oriente Médio e pelo mundo, na condição de refugiados, embora amparados pela ONU. Assim, o Oriente Médio tornou-se uma das regiões mais conflituosas do planeta, cenário de consecutivas guerras e conflitos extremistas entre israelenses e árabes, antes com a Síria,

Líbano e a Jordânia, e agora com os palestinos na Cisjordânia e na Faixa de Gaza.

Em 1949, Jerusalém Ocidental foi declarada a capital de Israel – não contando com o reconhecimento da lei internacional, que afirmava que a cidade devia ser um *corpus separatum* – e a Jordânia anexou formalmente a Jerusalém Oriental, sujeitando-a à lei jordaniana, em uma atitude que só foi reconhecida pelo Paquistão. A Jordânia, então, assumiu o controle dos lugares sagrados na Cidade Velha, e, contrariamente aos termos do acordo, foi negado o acesso dos israelenses aos locais sagrados judaicos,

Os sucessivos conflitos entre os dois povos semitas remanescentes – os árabes e os hebreus – e a luta dos palestinos para ter o seu Estado passaram a ser referidos como a Questão Palestina, que permanece sem solução até os dias atuais

muitos dos quais foram profanados, e apenas foi permitido o acesso, muito limitado, aos locais sagrados cristãos. Durante aquele período, o Domo da Rocha e a Mesquita de Al-Aqsa tiveram grandes renovações.

Essa diáspora palestina, os sucessivos conflitos entre os dois povos semitas remanescentes – os árabes e os hebreus – e a luta dos palestinos para ter o seu Estado passaram a ser referidos como a Questão Palestina, que permanece sem solução até os dias atuais.

A Guerra de Suez

A Guerra de Suez, ou Segunda Guerra Árabe-Israelense, de 1956, foi uma operação conjunta de Israel, do Reino Unido e da França contra o Egito. As razões foram: Israel estava sofrendo ataques de fedayins (guerrilheiros/terroristas árabes) partindo do Egito, de Gaza e do Sinai, e o Egito bloqueara a passagem de seus navios por Suez, no Mar Mediterrâneo, e pelo Golfo de Aqba, no Mar Vermelho, inutilizando o porto israelense de Eilat; os britânicos, porque o Egito, sua antiga colônia, nacionalizara o canal de Suez, tirando dividendos financeiros deles, pois 2/3 do petróleo que abastecia a Europa passava pelo canal; os franceses, porque queriam desmoralizar Nasser, uma liderança árabe, para facilitar seu problema colonial com a Argélia, pois acabara, em 1954, de amargar uma derrota colonial na Indochina (Vietnã).

Na operação, Israel invadiu a Península do Sinai, e as forças francesas e britânicas ocuparam o porto de Suez. Mas, sob pressão internacional, especialmente dos EUA e da URSS, as forças invasoras concordaram em se retirar, e a ONU enviou uma Força de Paz para região (durou de 1956 a 1967, inclusive com a participação de tropas brasileiras). Ao final, a Grã-Bretanha não recuperou Suez, e a França acabou derro-

tada na Argélia, mas Israel conseguiu que a ONU acabasse com o bloqueio aos seus navios e os ataques de grupos palestinos, partindo de Gaza e do Sinai, a seu território, pois pôde argumentar que atacou para se defender. Ou seja, apesar de batido na guerra, o grande vitorioso político acabou sendo Nasser.

Em 1958, foi criada a República Árabe Unida (RAU), fusão entre a Síria e o Egito, que só durou até 1961.

A Guerra dos Seis Dias

Em 1964, 422 autoridades de Estados árabes fundaram a Organização para a Libertação da Palestina (OLP), em Jerusalém, visando à criação de um Estado árabe na Palestina. Dentro da OLP, a maior facção era a da Al Fatah (“Vitória ou Conquista”), grupamento político de orientação socialista, fundado por Yasser Arafat, no Kuwait, em 1959. Arafat nasceu em Jerusalém, refugiou-se na Faixa de Gaza em 1948, estudou no Cairo, onde se formou em engenharia civil, e serviu, como perito em demolições, no Exército egípcio, tendo participado na luta contra os britânicos e franceses em Port Said e Abu Kabir, em 1956. Foi para o Kuwait em 1957, onde permaneceu até 1965, sempre ligado à OLP. Em fevereiro de 1969, no Cairo, durante o V Congresso Nacional Palestino, Arafat foi eleito presidente da OLP, cujo objetivo era a “implantação, na Palestina, de um Estado democrático e laico para judeus, cristãos e muçulmanos”.

Em 1967, eclodiu a Guerra dos Seis Dias, ou Terceira Guerra Árabe-Israelense, outra derrota para os Estados árabes, especificamente o Egito, a Síria e a Jordânia. No Sinai, o Egito teve 10 mil mortos, 20 mil feridos, 300 capturados, 254 aviões destruídos – a maioria no chão – e 500 tanques inutilizados. Na Cisjordânia, a

Jordânia teve 6 mil mortos e desaparecidos, sendo 550 mortos e 2.500 feridos da Legião Árabe, e a Força Aérea dizimada. Nas colinas do Golan, a Síria teve 2.500 mortos, 5 mil feridos e 100 tanques destruídos, com Israel não chegando a Damasco apenas pelas ameaças da intervenção soviética em defesa dos sírios. No total, os árabes sofreram cerca de 20 mil baixas, enquanto as israelenses não chegaram a mil.

Naquela guerra, por absoluta incompetência, os árabes não atacaram simultaneamente nas três frentes – o Egito, no Sul; a Jordânia, no Leste; e a Síria, no Norte – o que permitiu a Israel destruir as forças egípcias em dois dias, jordanianas nos dois dias seguintes, e sírias nos outros dois dias seguintes. Ou seja, Israel combateu as forças inimigas uma de cada vez.

Israel, como consequência da guerra, aumentou suas fronteiras, conquistando as Colinas de Golan, a Cisjordânia, Jerusalém Oriental, a Península do Sinai e a Faixa de Gaza.

O controle de Jerusalém foi de grande importância para o povo judeu, por causa do valor histórico e religioso, pois consideram que a cidade foi judaica há cerca de 2.080 anos – em 63 a.C., Jerusalém foi capturada pelo general romano Pompeu –, quando se iniciou o domínio romano, que expulsou os judeus. Depois, com o passar dos séculos, Jerusalém esteve quase sempre sob o controle de grandes impérios, como o bizantino, o otomano e o britânico, sendo que, somente após a Guerra dos Seis Dias, voltaria totalmente ao controle de Israel. Calcula-se que, nos dez anos seguintes à anexação de Jerusalém, o governo israelense confiscou cerca de 15 mil hectares dos árabes, e que hoje apenas 13,5% de Jerusalém Oriental permanecem em poder dos árabes.

Por causa da guerra, ocorreu nova fuga dos palestinos, cerca de 380 mil, aumentan-

do o número de refugiados em outros países fronteiriços, especialmente na Jordânia (hoje, a maior parte da população da Jordânia é de palestinos) e no Líbano, apesar da rejeição de alguns estados árabes vizinhos.

Em novembro de 1967, as Nações Unidas aprovaram a Resolução 242, que determinou a retirada de Israel dos territórios ocupados e a solução do problema dos refugiados. Israel não cumpriu a resolução, alegando que só negociava a desocupação dos territórios se os Estados árabes reconhecessem o Estado de Israel, o que não ocorreu.

A Jordânia, que acolheu os palestinos, inclusive terroristas, conhecidos como fedayans, sofreu com isso, pois eles acabaram interferindo na vida e na administração do país, como que criando um Estado dentro de outro Estado, obtendo recursos e armas tanto de Estados árabes como da Europa, desafiando abertamente as leis jordanianas. O Rei Hussein, então, determinou o uso de seu Exército e derrotou os fedayans, matando 3 mil palestinos, com o restante sendo expulso e se dirigindo com Arafat e a sua OLP para o Líbano (Beirute), no episódio que ficou conhecido como Setembro Negro, pois ocorreu durante dez dias de setembro de 1970.

O resultado da guerra, apesar da vitória e do domínio de Israel na região, trouxe, porém, consequências amargas, pois cresceram o ódio palestino e as atitudes hostis contra os judeus, especialmente da geração nascida depois de 1967, e aumentaram os atos terroristas partindo da Cisjordânia, da Faixa de Gaza e do sul do Líbano, com apoio bélico de alguns países muçulmanos, como o Iraque e o Irã, entre outros. E também cresceram os ataques terroristas a países que deram apoio a Israel, como EUA, Espanha e Inglaterra. Com efeito, em 1972, o grupo terrorista palestino Setembro Negro, uma das facções da Al Fatah, in-

vadiu o alojamento dos atletas israelenses nas Olimpíadas de Munique e sequestrou e matou 11 deles. Ou seja, os israelenses trouxeram o problema palestino para dentro de casa, o que redundou na frase “ganhou a guerra, mas perdeu a paz”.

A Guerra do Yom Kippur

A Guerra do Yom Kippur, também conhecida como a Quarta Guerra Árabe-Israelense, ou Guerra de Outubro, ou Guerra do Ramadã, foi um conflito militar ocorrido de 6 a 26 de outubro de 1973, entre uma coalizão de Estados árabes, liderados pelo Egito e pela Síria, contra Israel. Em 1970, no Egito, o General Gamal Abdsel Nasser morreu de ataque cardíaco, sendo substituído por outro militar, Anwar El-Sadat, que iniciou a guerra com um ataque inesperado do Egito ao mesmo tempo que a Síria, no dia do feriado judaico do Yom Kippur (Dia do Perdão), cruzando, respectivamente, as linhas de cessar-fogo no Sinai e na Colinas do Golan, que haviam sido capturados por Israel em 1967, na Guerra dos Seis Dias.

Diferentemente da Guerra dos Seis Dias, os egípcios e sírios surpreenderam os israelenses nos primeiros dias, avançando e recuperando partes de seus territórios perdidos na guerra de 1967. O cenário começou a se inverter na segunda semana de lutas, quando os israelenses, graças ao reforço de aviões, tanques, mísseis e equipamentos dos EUA, especialmente de contramedidas eletrônicas, fizeram os sírios retroceder nas Colinas de Golan e conseguiram cruzar para o lado oeste do canal de Suez, ameaçando a cidade egípcia de Ismailia.

A guerra levou as duas superpotências da época, os EUA (defendendo os interesses de Israel) e a URSS (os dos países árabes), a uma tensão diplomática, até a entrada em vigor de cessar-fogo, por in-

terferência das Nações Unidas, em 25 de outubro de 1973.

Ao término das hostilidades, as forças israelenses, já recuperadas das baixas iniciais e com superior poderio militar, haviam adentrado profundamente no território dos árabes e encontravam-se a 40 km de Damasco, capital da Síria, a qual foi intensamente bombardeada, e a 101 km do Cairo, capital egípcia.

Em termos de baixas, porém, a guerra, que foi o último conflito armado entre árabes e israelenses, foi a mais penosa de todas para Israel, e inclusive a sua supremacia foi contestada, pois Israel nunca teve tantas perdas humanas e materiais. Com isso, Sadat desistiu de varrer Israel da região, mas fortaleceu a posição do Egito para negociar uma paz duradoura com os israelenses, assinada em 17 de setembro de 1978 nos EUA, em Camp David, na presença do presidente americano, Jimmy Carter, e de Sadat e Begin.



Situação após as guerras, em 1973

Sadat, entretanto, foi morto em 1981, durante uma parada comemorativa das vitórias alcançadas pelo Egito em 1973. Os assassinos, militares, pertenciam ao grupo Jihad Islâmica.

Outros conflitos, operações e fatos importantes posteriores, em ordem cronológica

Além das guerras, outros conflitos, operações e fatos importantes ocorreram, inclusive fora da região, e continuam ocorrendo nessa complexa Questão Palestina. Podem ser citados, entre outros e menos importantes, os seguintes:

– O reconhecimento da OLP, pela Liga Árabe em 1974, em Rabat, no Marrocos, como legítima representante do povo palestino.

– Em 13 de novembro de 1974, a OLP colheu importante vitória no seu caminho diplomático, quando Arafat foi ovacionado pelo plenário da ONU e falou, com honras de chefe de Estado, na Assembleia Geral das Nações Unidas. Em seu discurso, convidou “Israel a sair do seu isolamento moral” e propôs “o estabelecimento na Palestina de um Estado democrático, no qual cristãos, judeus e muçulmanos vivam em justiça, igualdade e fraternidade”. A OLP passou a ser admitida como observador permanente das Nações Unidas e a usufruir de crescente simpatia, especialmente do bloco do então Terceiro Mundo – África, Ásia e América Latina.

– Em 1975, as Nações Unidas, com voto do Brasil, decidiram por uma moção de repúdio ao sionismo, qualificando-o de racista e segregacionista, por propugnar um Estado de Israel exclusivamente judeu, discriminando outras raças e religiões.

– A Operação Entebbe, uma missão de resgate contraterrorista levada a cabo pela Força de Defesa Interna (FDI), de Israel, no Aeroporto Internacional de Entebbe, em Uganda, em 4 de julho de 1976, devido ao sequestro de uma aeronave da Air

France, com 248 passageiros, por membros da Frente Popular para a Libertação da Palestina (FPLP) e das Células Revolucionárias da Alemanha. O governo local apoiou os sequestradores, que receberam as boas-vindas do ditador Idi Amin. Os sequestradores separaram os israelenses e judeus dos outros passageiros e da tripulação, que permaneceram como reféns e sendo ameaçados de morte. A ação que liberou os sequestrados foi considerada por muitos especialistas como a missão de resgate mais complexa e perfeita de todos os tempos, tendo sido a primeira vez que Israel mostrou-se ao mundo no que toca a uma intervenção antiterrorista fora do país.

– A destruição da usina nuclear de Tammiz no Iraque, localizada a 25 km ao sul de Bagdá, em junho de 1981, numa operação chamada de Babilônia, de precisão cirúrgica, com uma esquadrilha de oito caças F-16 e meia dúzia de F-15 de escolta, que voou mil quilômetros sobre território árabe. Tal atitude sofreu duras críticas da comunidade internacional e teve pesado preço político, por Israel ter se colocado acima do julgamento da comunidade internacional, o que lançou o país na categoria das nações não confiáveis, pois a ação foi considerada como ato terrorista. Até então, apenas o Irã, do Aiatolá Khomeini, havia desafiado soberanamente a comunidade mundial, ao sequestrar cidadãos americanos e mantê-los como reféns durante 444 dias.

– A Invasão do Líbano, em junho 1982, na operação chamada de “Paz para a Galileia”, pois a OLP havia se instalado, muito bem armada, no sul do Líbano e dali desferia ataques às populações da Galileia, no norte de Israel. A FDI destruiu as forças sírias que estavam no Vale de Bekaa e chegou a Beirute, numa operação que matou muitos libaneses e palestinos. Na ocasião, ocorreu o massacre de Sabra e Shatila, campos de refugiados palestinos onde cerca de mil

foram massacrados pelas falanges cristãs libanesas – que apoiavam o presidente eleito Bashir Gemayel, aliado dos israelenses, que queria se ver livre dos palestinos e da OLP – com a cumplicidade das tropas israelenses que ocupavam as cidades, permitiram a entrada dos falangistas nos campos e os iluminaram, pois também queriam acabar com os resquícios da OLP no Líbano. A grita internacional, especialmente dos americanos e soviéticos – e mesmo de israelenses –, contra o massacre e contra a destruição de Beirute, cidade moderna, alegando que o Líbano, como Estado, nunca tinha ameaçado Israel, obrigou os israelenses a terminarem a operação e a se retirarem do Líbano, em setembro de 1983, pois começaram a ser fustigados por atos terroristas dos xiitas no sul do país e porque lá havia chegado uma Força de Fuzileiros americanos para manter a paz, desde agosto de 1982 (os americanos se retiraram em fevereiro de 1984). Pelo massacre nos campos palestinos, foi criada em Israel uma comissão de investigação, e Ariel Sharon deixou o cargo de ministro da Defesa. Na ocasião, Begin declarou, no Parlamento de Israel: “Em Sabra e Chatila, não judeus massacraram não judeus, e o que é que isso nos interessa?”.

Na verdade, o plano de Israel, da dupla radical e belicosa Menachem Begin (primeiro-ministro) e Ariel Sharon (ministro da Defesa), que sempre objetivaram criar a Grande Israel, dominando toda a região, era outro: o de invadir o Líbano e destruir a OLP; uma vez expulsos do Líbano, os palestinos migrariam para a Jordânia, que seria compelida a aceitá-los, e, caso necessário, Israel derrubaria o Rei Hussein, transformando a Jordânia no Estado palestino.

Como isso não ocorreu, a vitória israelense se resumiu à saída da OLP do Líbano por mar, sob proteção francesa, com Arafat se transferindo, com 4 mil seguidores, para a Tunísia, sendo outros 3 mil distribuídos

pela Síria, pelo Iêmen e pelo Iraque. Na ocasião, foram cunhados os termos “palestinos de dentro”, moradores dos territórios ocupados pelos israelenses em Gaza, Jerusalém e na Cisjordânia, e os “palestinos de fora”, os palestinos da Diáspora. Hoje, em Israel, há os termos “judeus orientais”, habitantes da parte oriental de Jerusalém, que são discriminados pelos “judeus ocidentais”, da parte ocidental.

O Líbano se tornou independente da França durante a Segunda Guerra Mundial, em 1943. Tinha duas comunidades religiosas dominantes: os muçulmanos sunitas e os cristãos maronistas (pertencentes à Igreja Cristã Oriental, fundada na Síria, no século V, por um monge chamado Maron, que reconhecia a supremacia do Papa e da Igreja Católica de Roma, mas tinha a sua própria liturgia). Além deles, havia, em menor número, os muçulmanos xiitas e os drusos (ramificação de uma seita islâmica cujas crenças religiosas eram segredo comunal). Mas hoje, com o crescimento dos muçulmanos, estes passaram a ser 2/3 da população, e os cristãos apenas 1/3.

No passado, ocorreu a Guerra Civil no Líbano, de abril de 1975 ao final de 1978 (entre os falangistas maronistas cristãos contra os palestinos, com envolvimento dos muçulmanos e drusos), e o Líbano também foi invadido pela Síria, em 1976, para apoiar os cristãos maronistas, pois não desejavam que o Líbano caísse nas mãos da OLP, já que havia basicamente a divisão de Beirute em dois setores, o cristão e muçulmano. Mas existia também, como pano de fundo, o sempre ambicionado projeto de formar uma Grande Síria. Na ocasião, as tropas sírias cruzaram as fronteiras e se instalaram no norte e no oeste do Líbano. Um acordo arbitrado pelos EUA garantiu que Israel não se oporia à presença da Síria no Líbano, desde que ela não usasse aviões e mísseis e ficasse a pelo menos 24 km da

fronteira de Israel, na que foi denominada Linha Vermelha.

– O Plano Reagan, lançado em 1º de setembro de 1982, que, para resolver a Questão Palestina, propunha criar uma entidade palestina confederada com a Jordânia, na Cisjordânia, o que seria um primeiro passo para surgir, no futuro, o Estado palestino. O plano foi bombardeado por Arafat, que se recusava a reconhecer o Estado de Israel e a Resolução 242 da ONU.

– O bombardeio contra a sede do quartel-general da OLP na Tunísia, em 1985, do qual Yasser Arafat escapou por pouco.

– A Primeira Intifada

Intifada, do árabe “agitação, livrar-se de, libertar-se de algo”, é o nome popular da revolta dos palestinos na Cisjordânia e na Faixa de Gaza contra Israel. Alguns acham que teve como objetivo combater a ocupação nos territórios por Israel, e outros que o objetivo, no fundo,

continuava sendo levar à destruição de Israel. Não, a Primeira Intifada (1987-1993) – que surgiu após o levante espontâneo de 9 de dezembro de 1987 no campo de refugiados Jabaliya (um lugar miserável, com esgoto a céu aberto, casas de zinco e ruas poeirentas), na Faixa de Gaza, quando palestinos atacaram com paus e pedras militares israelenses do grupo de ocupação que faziam a sua patrulha matinal em caminho aberto – foi uma autopurificação contra os longos 20 anos, desde 1967, de submissão aos costumes e controles israelenses. A ação foi espontânea, do povo, não de terroristas, da OLP ou de outros grupos palestinos, e se repetiu inúmeras vezes, tendo se degenerado em revoltas semelhantes

em todo o território palestino, aí já pela desocupação da Cisjordânia e da Faixa de Gaza. Ficou conhecida como Guerra das Pedras, embora não só pedras tivessem sido arremessadas, mas também coquetéis molotov, e incêndios propositais também tenham ocorrido. As pedras simbolizaram a desobediência civil, a “libertação de algo”, da opressão da ocupação israelense, mas foram incapazes de encurralar os israelenses.

O Hamas (acrônimo de Movimento de Resistência Islâmica) nasceu com essa Intifada, em 1998, na Faixa de Gaza, pregando a criação do Estado Palestino e a extinção de Israel. A Intifada terminou com os Acordos de Oslo, em 1993.

– Os ataques com mísseis Scud, de Saddam Hussein, do Iraque, contra Haifa e Tel Aviv, esta uma cidade que nunca havia sido atingida nas guerras anteriores. Essa ação fez parte da Guerra do Golfo, de 1991, com a invasão do Kuwait pelo Iraque. Ficou claro que

**Intifada, do árabe
“agitação, livrar-se de,
libertar-se de algo”,
é o nome popular da
revolta dos palestinos na
Cisjordânia e na Faixa de
Gaza contra Israel**

Sadam queria transformar a agressão ao Kuwait num conflito entre árabes e israelenses, pois disse posteriormente que sairia do Kuwait se os israelenses devolvessem os territórios ocupados na Palestina. Não foi preciso Israel retaliar, pois resoluções do Conselho de Segurança da ONU autorizaram que uma força multinacional expulsasse os iraquianos do Kuwait.

– Os Acordos de Oslo, assinados, em 13 de setembro de 1993, entre Israel e a OLP, na Casa Branca, com o Presidente Clinton como o mestre de cerimônia, entre Arafat e Sabin, surgiram a partir da eleição, e estímulo à paz, de Bush nos EUA, em 1991, e foram antecedidos pela Conferência de Paz de Madri, de 30 de outubro a 1ª de

novembro de 1991. Os Acordos previam a retirada de Israel de Gaza e da Cisjordânia, que passariam a ser administrados pela Autoridade Nacional Palestina (ANP), a ser criada até maio de 1999, a qual continuaria as negociações para a criação do Estado da Palestina. Arafat, que voltara da Tunísia em 1994, assumiu a ANP. Até o fim desse período, esperava-se ter resolvido o estatuto final dos territórios da Faixa de Gaza e da Cisjordânia – ocupados por Israel desde a vitória na Guerra dos Seis Dias –, que deveriam ser administrados pela ANP, assegurando, por meio de forças policiais próprias, a segurança desses territórios.

Em maio de 1994, Israel retirou-se de partes da Faixa de Gaza e da cidade de Jericó, na Cisjordânia, e em pouco tempo a ANP entrou e assumiu o controle da educação, da saúde, do turismo e das finanças. Ao mesmo tempo, Yasser Arafat, Shimon Peres e Yitzhak Rabin receberam, em 1994, o Prêmio Nobel da Paz.

Apesar da oposição a esse processo, oriunda quer do lado palestino quer do lado israelense, em 28 de setembro de 1995, Arafat e o primeiro-ministro israelense, Yitzhak Rabin, assinaram em Washington o Acordo Oslo II, que tratou da situação da Cisjordânia e a dividia em três áreas: A, sob controle da ANP; B, sob jurisdição civil da ANP, mas com forças israelenses responsáveis pela segurança; e C, sob controle de Israel, o que significava que Israel cedia à ANP jurisdição civil em 1/3 da Cisjordânia e controle total sobre 4% da região, incluindo as cidades de Jenin, Nablus, Kalkylya, Tulkaren, Ramallah, Belém, Qalqilyan e Hebron. Na Faixa de Gaza, Israel teria jurisdição sobre 35% do território, correspondentes à área dos assentamentos judaicos e a suas vias de acesso. Em outubro de 1995, Israel entregou pequenas aldeias da Cisjordânia à ANP.

Mas, em 4 de novembro de 1995, o Primeiro-Ministro Rabin, depois de dis-

currir numa manifestação de paz em Tel Aviv, foi assassinado por um extremista de direita israelense, que disse que assim agira por orientação de Deus e que era permitido matar qualquer um que quisesse entregar a terra sagrada de Israel ao inimigo. Rabin foi substituído por Shimon Peres, em cujo governo (1995-1996) os Acordos de Oslo começaram a ruir.

– O assassinato pelo Serviço Secreto de Israel, em 1996, de Yahya Ayyash, um militante do Hamas, mentor de diversos ataques suicidas pelos palestinos – que já haviam matado 50 e ferido 340 israelenses –, desencadeou uma onda de violência palestina e fez o governo de Israel suspender todas as conversações com a ANP, fechar as fronteiras com a Faixa de Gaza e Cisjordânia e declarar guerra ao Hamas e à Jihad Islâmica.

– A Operação Vinhas da Ira, realizada por Israel no sul do Líbano, em abril de 1996, devido aos ataques do Hezbollah – “Partido de Deus”, grupo terrorista palestino do Líbano –, com foguetes, às tropas israelenses dispostas no sul do Líbano. No dia 18 de abril, por engano, a artilharia israelense atingiu um campo de refugiados da ONU, matando 102 pessoas. Com a grita internacional, a operação acabou e se tornou um grande contratempo militar e moral para Israel.

– A OLP e os dois estados

Em 1988, a Organização para a Libertação da Palestina passou a aceitar a existência de dois estados no território palestino. A organização declarou, oficialmente, a fundação do Estado Árabe da Palestina, que seria situado na Margem Ocidental (Cisjordânia), vizinho ao Estado de Israel, com Jerusalém como sua capital e a adoção da bandeira usada na revolta árabe contra o Império Otomano, durante a Primeira Guerra Mundial, como a bandeira oficial do novo Estado.

– A última tentativa de acordo

Em julho de 2000, no último ano de seu mandato, o presidente dos EUA, Bill Clinton, reuniu o primeiro-ministro de Israel, Ehud Barak, e o presidente da ANP, Yasser Arafat, em Camp David (EUA), para uma cúpula destinada a pôr fim à questão, que fracassou, apesar de Israel julgar ter apresentado sua melhor proposta. Barak oferecia aos palestinos 95% de Gaza e da Cisjordânia (equivalente a menos de 22% da Palestina histórica), mas não admitia ceder aos palestinos Jerusalém Oriental como sua capital, como eles queriam. Também não houve acordo sobre o retorno dos refugiados.

– A Segunda Intifada palestina, também conhecida como a Intifada de Al-Aqsa, teve início em 29 de setembro de 2000, no dia seguinte à caminhada de Ariel Sharon (na época apenas um parlamentar, líder do partido político direitista Likud), mas com grande contingente de guardas armados, pela Esplanada das Mesquitas (para os muçulmanos) ou Monte do Templo (para os judeus), na Cidade Velha de Jerusalém, local considerado sagrado e eterno território pelos judeus, mas também, e especialmente, pelos muçulmanos, que controlam

a entrada nele (por tratado internacional), pois lá estão duas mesquitas, o Domo da Rocha e a Al-Aqsa. Em represália, violenta, Israel invadiu as áreas palestinas, destruiu prédios administrativos ligados a Arafat, em Ramallah, e ordenou o fechamento do Aeroporto Internacional de Gaza, passando a bombardeá-lo repetidas vezes.

A Segunda Intifada durou de 2000 a 2005, marcada por vários atentados suicidas em Israel, e seu resultado político foi a condenação de Israel pelo Conselho de Segurança da ONU, inclusive com o voto de seu aliado, os EUA. E deixou um saldo de 5 mil palestinos e mil israelenses mortos. Durante essa Intifada, houve, entre 1^o e 11 de abril de 2002, o chamado massacre israelense no campo de refugiados palestinos da ONU em Jenin, estabelecido em 1953 em terras alugadas à Jordânia. Israel justificou o ataque, com helicópteros e tanques, pela FDI, devido aos cerca de 28 ataques de homens-bomba que partiram de lá. Os palestinos disseram que morreram 500 pessoas, inclusive mulheres e crianças, e Israel disse – e investigações posteriores comprovaram – não ter havido massacre, apenas destruição, com 54 mortos palestinos e 23 israelenses, todos militares, mas

não explicou por que não permitiu a entrada da imprensa.

A Primeira Intifada levou aos Acordos de Oslo, mas a Segunda interrompeu-os.

– O Muro da Cisjordânia

Em 2002, o governo israelense, já com Ariel Sharon como primeiro-ministro, começou a construir um muro demarcando a fronteira entre a Cisjordânia e



Ehud Barak, Bill Clinton e Yasser Arafat, em Camp David

Israel, com a finalidade de evitar o ataque de terroristas palestinos, o que realmente ocorreu.

– A morte de Arafat

Em 2004, morreu, aos 75 anos, Yasser Arafat, o histórico líder da Organização pela Libertação da Palestina. Em finais de outubro de 2004, sofreu um colapso que o pôs entre a vida e a morte, e as autoridades israelitas levantaram o cerco a Ramallah, permitindo a sua hospitalização em Paris. Acabou por falecer na madrugada de 11 de novembro. Foi substituído por Mahmoud Abbas na presidência da Autoridade Palestina, nas eleições de 9 de janeiro de 2005.

O Aeroporto Internacional de Gaza, embora em ruínas e inoperante devido aos seguidos ataques israelenses, mudou seu nome para Aeroporto Internacional Yasser Arafat. Naquele mesmo ano, Israel retirou soldados e 8 mil colonos de Gaza, mas manteve controle sobre as fronteiras marítimas e terrestres do território. Na Cisjordânia e em Jerusalém Oriental foram mantidos mais de 400 mil colonos.

– A Guerra do Líbano de 2006, também conhecida em Israel como a Segunda Guerra do Líbano, foi iniciada em 12 de julho de 2006, com um ataque pelo Hezbollah contra as Forças de Defesa de Israel no sul do Líbano. Militantes do Hezbollah atacaram dois jipes israelenses, mataram três soldados, feriram dois e capturaram outros dois, feitos prisioneiros no Líbano. Isso iniciou uma nova onda de confrontos entre Israel e o Hezbollah, com o ataque de Israel a redutos do Hezbollah, pontes, estradas, ao único aeroporto internacional libanês e a grande parte do sul do Líbano, enquanto milícias libanesas, provavelmente do Hezbollah, bombardeavam o norte de Israel, atingindo até a cidade israelense de Haifa. Centenas de civis foram mortos, a maioria de libaneses, devido aos ataques

aéreos israelenses. Apesar das preocupações com a possibilidade de Síria ou Irã se envolverem, ocorreu um cessar-fogo, que entrou em vigor em 14 de agosto de 2006. A guerra durou 34 dias, com a morte de 1.200 libaneses, a maioria civis, e 157 israelenses, a maior parte militares, e quase um milhão de desabrigados.

– As eleições na Palestina

Nas eleições parlamentares de 2006, o Hamas conquistou a maioria das cadeiras no Conselho Legislativo da Palestina, o que desencadeou protestos de várias nações contrárias à violência do Hamas e fez com que o Fatah destituisse os membros do Hamas dos cargos executivos na Cisjordânia. O Hamas manteve, no entanto, o controle sobre a Faixa de Gaza. A vitória do Hamas ainda provocou o estabelecimento de um bloqueio egípcio-israelense na Faixa de Gaza. Os dois países passaram a controlar a entrada e a saída de pessoas na região, visando evitar a entrada de armas que pudessem ser utilizadas em ações terroristas contra Israel.

– A Batalha de Gaza refere-se aos confrontos ocorridos de 12 a 14 de junho de 2007 entre as forças do Fatah e do Hamas, após as eleições de 2006, que levaram à expulsão do Fatah, com o Hamas assumindo o controle da Faixa de Gaza. Segundo estimativas da Cruz Vermelha Internacional, pelo menos 116 pessoas morreram e mais de 550 foram feridas durante os confrontos. Israel, após a vitória do Hamas, declarou Gaza como “território hostil” e iniciou um cerco militar e econômico a Gaza, impedindo a circulação de bens e pessoas, especialmente de armas, de lá e para lá, por terra e por mar. O Hamas, então, começou a usar túneis na fronteira com o Egito para contrabandear alimentos, combustível e armas, o que não impediu uma grave crise humanitária, amenizada por ter o Egito aberto a sua fronteira para os palestinos.

– A Operação Chumbo Fundido, em 2008, por ocasião do 60º aniversário de Israel, contra Gaza, em resposta ao bombardeio, pela Jihad Islâmica, de mais de 10 mil mísseis e morteiros sobre Israel a partir de Gaza. A Operação causou mais de mil mortes de palestinos, inclusive crianças.

– Os ataques de Israel aos palestinos da Faixa de Gaza

Em 2014, três jovens judeus foram assassinados por uma dissidência do Hamas, o que foi revidado por Israel com nove mortes e 500 prisões. Depois, um estudante foi queimado vivo por israelenses, o que fez com que o Hamas lançasse milhares de mísseis sobre Israel, que revidou com aviões, tanques e foguetes, o que provocou a morte de 2.200 palestinos e muita destruição em Gaza.

📁 CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<POLÍTICA>; Palestina; Israel; Guerra árabe-israelense; Guerra do Oriente;